MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção Geral dos Serviços Florestais
e Aqüícolas

Decreto n.º 16 005

Considerando que ligados ao perímetro florestal da serra do Buçaco existem dois terrenos com a superfície total de 3:251 metros quadrados, ou sejam 2:406 metros quadrados pertencentes à Empresa de Construções do Luso, Limitada, e 845 metros quadrados pertencentes a Humberto Bottino, que se não acham aproveitados;

Considerando que nestes terrenos existem águas não exploradas e não utilizadas, quando na mata do Buçaco e seu grande hotel, estância de turismo dos mais atraentes e aprazíveis do País, a sua falta tanto se faz sentir no verão;

Considerando que a referida mata não tem naquela quadra do ano a água suficiente para as regas das plantações, dos jardins, etc., e no grande hotel, que também pertence ao Estado, não há a água indispensável para o seu consumo e condições de conforto que se coadunam com as exigências modernas;

Considerando que não só o dito hotel, como todos os edificios que o rodeiam, que possuem, além de um valor artístico de reconhecida importância, um valor real superior a um milhão de escudos, correm o grave risco de desaparecer em um incêndio, por se não dispor, em caso de sinistro, da água precisa para a sua salvaguarda;

Considerando portanto que se torna indispensável ao Estado, como proprietário e principal interessado, salvaguardar os seus legítimos interesses, que aliás são os de todo o País, e conseguir a água indispensável às regas e consumo da sua mata e correspondentes edificios;

Atendendo ainda a que essa água se encontra desaproveitada nos dois mencionados terrenos, a uma pequena distância e em ligação com o dito perímetro florestal do Buçaco;

Atendendo emfim a que tanto a Sociedade de Propaganda de Portugal como a Repartição de Turismo se interessam e têm já representado sobre o mesmo assunto:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Agricultura:

Hei por bem decretar, para valer como lei, nos termos do artigo 2.º da lei de 26 de Julho de 1912, a expropriação por utilidade pública e urgente dos dois referidos terrenos, situados na Serra do Buçaco, um com 2:406 metros quadrados, pertencente à Empresa de Construções do Luso, Limitada, e o outro com 845 metros quadrados, pertencente a Humberto Bottino, ambos sítos no concelho de Mortágua, comarca de Santa Comba Dão, distrito de Viseu.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Paços do Governo da República, 1 de Outubro de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — José da Silva Monteiro — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Antbal de Mesquita Guimarães — António Maria de Bettencourt Rodrigues — José Dias de Araújo Correia — José Bacelar Bebianno — Duarte Pacheco — Joaquim Mendes do Amaral.